

Curso: **MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS (CCJE/UFES)**
Seminário III: **SEMINÁRIO DE CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA**
Período: **Fevereiro de 2013**
Carga Horária: 30 horas
Professor: Dr. Duarte da Rosa Filho

PROGRAMA DO SEMINÁRIO

1. EMENTA

Contabilidade Pública e seu ambiente legal e normativo. Particularidades do Padrão IFAC (*International Federation of Accountants*). NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Adoção do Regime de Competência. PCASP – Novo Plano de Contas aplicado ao Setor Público. DCASP – Novas Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público.

2. OBJETIVOS

- Apresentar os principais avanços e diferenças entre o novo modelo de contabilidade pública internacional e o modelo antigo.
- Identificar os impactos do novo modelo de contabilidade pública internacional para a gestão pública no Brasil.
- Adicionalmente, integrar os alunos e professores dos Mestrados de Contabilidade e Gestão Pública da UFES sobre um tema comum aos dois programas.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Apresentação do novo modelo de contabilidade pública no Brasil.
- Padrão IFAC - *International Federation of Accountants*.
- Entendendo o processo de convergência: medidas adotadas pelos órgãos reguladores da profissão contábil (CFC – Conselho Federal de Contabilidade e STN – Secretaria do Tesouro Nacional).
- Apresentação do conjunto das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Entendendo a aplicação prática e alteração nas rotinas contábeis.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO
NBC T 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação;
NBC T 16.2 - Patrimônio e Sistemas Contábeis;
NBC T 16.3 - Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil;
NBC T 16.4 - Transações no Setor Público;

NBC T 16.5 - Registro Contábil;
NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis;
NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis;
NBC T 16.8 - Controle Interno;
NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão;
NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público
NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos no Setor Público

- Entendendo as IPSAS - *International Public Sector Accounting Standard* (Normas Internacionais Aplicadas ao Setor Público). Aplicação prática das normas internacionais no Brasil. Alteração nas rotinas contábeis.

INTERNATIONAL PUBLIC SECTOR ACCOUNTING STANDARD (NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO)
IPSAS 1 – Presentation of Financial Statements Apresentação das Demonstrações Contábeis
IPSAS 2 – Cash Flow Statements Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC
IPSAS 3 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificações de Erros
IPSAS 4 – The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
IPSAS 5 – Borrowing Costs Custos de Empréstimos
IPSAS 6 – Consolidated and Separate Financial Statements Demonstrações Consolidadas e Separadas
IPSAS 7 – Investments in Associates Investimentos em Coligadas
IPSAS 8 – Interests in Joint Ventures Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture)
IPSAS 9 – Revenue from Exchange Transactions Receita de Transações com Contraprestação
IPSAS 10 – Financial Reporting in hyperinflationary Economies Informações Financeiras em Economias Hiperinflacionárias
IPSAS 11 – Construction Contracts Contratos de Construção
IPSAS 12 – Inventories Estoques
IPSAS 13 – Leases Operações de Arrendamento Mercantil

IPSAS 14 - Events After The Reporting Date Eventos Subseqüentes
IPSAS 15 – Norma Revogada
IPSAS 16 – Investment Property Propriedades para Investimento
IPSAS 17 – Property, Plant and Equipment Ativo Imobilizado
IPSAS 18 – Segment Reporting Informação Financeira por Seguintos
IPSAS 19 – Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
IPSAS 20 – Related Party Disclosures Evidenciação sobre Partes Relacionadas
IPSAS 21 – Impairment of Non-Cash Generating Assets Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não-Gerador de Caixa
IPSAS 22 – Disclosure of Information About the General Government Sector Divulgação de Informação Financeira Sobre o Setor do Governo Geral
IPSAS 23 – Revenue from Non- Exchange Transactions (Taxes and Transfers) Receita de Transações sem Contraprestação (Tributos e Transferências)
IPSAS 24 – Presentation of Budget Information in Financial Statements Apresentação da Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis
IPSAS 25 – Employee Benefits Benefícios a Empregados
IPSAS 26 – Impairment of Cash-Generating Assets Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
IPSAS 27 – Agriculture Ativo Biológico e Produto Agrícola
IPSAS 28 - Financial Instruments: Presentation Instrumentos Financeiros: Apresentação
IPSAS 29 - Financial Instruments: Recognition and Measurement Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
IPSAS 30 - Financial Instruments: Disclosures Instrumentos Financeiros: Evidenciação
IPSAS 31 - Intangible Assets Ativo Intangível

- Impacto das Normas internacionais no PCASP (Novo plano de contas aplicado ao setor público) e nas Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público – DCASP. Comparativo da estrutura das demonstrações contábeis antigas com os novos anexos da lei n. 4.320/64.

- Impactos na Gestão Pública brasileira.

4. ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS

- Palestras, seminários e aulas expositivas;

5. AVALIAÇÃO

- Seminários desenvolvidos pelos alunos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

IFAC, International Federation of Accountants. 2012 Handbook of International Public Sector Accounting Pronouncements. Acesso em 10 de dezembro de 2012. <Disponível em www.ifac.org>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 750. Brasília: 1993.

- ____. Resolução nº 1.111. Brasília: 2007.
- ____. Resolução nº 1.121. Brasília: 2008.
- ____. Resolução nº 1.128. Brasília: 2008.
- ____. Resolução nº 1.129. Brasília: 2008.
- ____. Resolução nº 1.130. Brasília: 2008.
- ____. Resolução nº 1.131. Brasília: 2008.
- ____. Resolução nº 1.132. Brasília: 2008.
- ____. Resolução nº 1.133. Brasília: 2008.
- ____. Resolução nº 1.134. Brasília: 2008.
- ____. Resolução nº 1.135. Brasília: 2008.
- ____. Resolução nº 1.136. Brasília: 2008.
- ____. Resolução nº 1.137. Brasília: 2008.
- ____. Resolução nº 1.268. Brasília: 2009.
- ____. Resolução nº 1.282. Brasília: 2010.
- ____. Resolução nº 1.366. Brasília: 2011.
- ____. Resolução nº 1.367. Brasília: 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. Manual de Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público. Ed. 2010. Brasília, 2011.

BLÖNDAL, Jón R. OECD Journal on Budgeting – Vol. 3, No. 1 – ISSN 1608-7143 – OECD, 2003 Accrual Accounting and Budgeting: Key Issues and Recent Developments. Disponível em <
<http://www.oecd.org/dataoecd/21/31/42187847.pdf>>.

CHAN, James L. Government Accounting: An Assessment of Theory, Purposes and Standards. Public Money & Management. January, 2003. Disponível em <<http://jameslchan.com/papers/Chan2003Assess.pdf>>.

HOEK, M. Peter Van Der, From Cash to Accrual Budgeting and Accounting in the Public Sector: The Dutch Experience. Public Budgeting & Finance, 2005.

WYNNE, Andy. Is The Move To Accrual Based Accounting A Real Priority For Public Sector Accounting? Fund Public Digest. The International consortium on Governmental Financial Management. v. 07, n. 1, p. 25-38, 2007. Disponível em <http://www2.accaglobal.com/doc/publicsector/ps_doc_008.pdf>.